



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

V LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1990-1991)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Carlos Pinto Bastos da Mota Torres

Júlio José Antunes

Daniel Abílio Ferreira Bastos

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.*

*Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Secretários de Estado da Alimentação (Luís Capoulas), do Ensino Superior (Alberto Reiha), da Segurança Social (Vieira de Castro), dos Transportes (Jorge Antas) e da Administração Local e do Ordenamento do Território (Nunes Liberato), os Srs. Deputados Rogério Brito (PCP), Cristóvão Norte (PSD), Rui Vieira (PS), Luís Roque (PCP) e Rui Silva (PRD).*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 11 horas e 45 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.  
 Alberto Cerqueira de Oliveira.  
 Alberto Monteiro de Araújo.  
 Alexandre Azevedo Monteiro.  
 Álvaro José Martins Viegas.  
 Amândio dos Anjos Gomes.  
 Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.  
 António Abílio Costa.  
 António Augusto Lacerda de Queirós.  
 António Augusto Ramos.  
 António Costa de A. Sousa Lara.  
 António Fernandes Ribeiro.  
 António Joaquim Correia Vairinhos.  
 António Jorge Santos Pereira.  
 António José de Carvalho.  
 António Manuel Lopes Tavares.  
 António Maria Oliveira de Matos.  
 António Maria Ourique Mendes.  
 António Paulo Martins Pereira Coelho.  
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
 António da Silva Bacelar.  
 Aristides Alves do Nascimento Teixeira.  
 Arlindo da Silva André Moreira.  
 Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.  
 Armando Lopes Correia Costa.  
 Arménio dos Santos.  
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
 Belarmino Henriques Correia.  
 Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
 Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
 Carlos Manuel Pereira Baptista.  
 Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
 Casimiro Gomes Pereira.  
 Cecília Pita Catarino.  
 César da Costa Santos.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Domingos Duarte Lima.  
 Domingos da Silva e Sousa.  
 Dulcíneo António Campos Rebelo.  
 Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.  
 Ercília Domingues M. P. Ribeiro da Silva.  
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.  
 Fernando Barata Rocha.  
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
 Fernando Monteiro do Amaral.  
 Fernando dos Reis Condesso.  
 Francisco João Bernardino da Silva.  
 Francisco Mendes Costa.  
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
 João Álvaro Poças Santos.  
 João Costa da Silva.  
 João Domingos F. de Abreu Salgado.  
 João José Pedreira de Matos.  
 João José da Silva Maças.  
 João Maria Ferreira Teixeira.  
 João Soares Pinto Montenegro.

Joaquim Eduardo Gomes.  
 Joaquim Fernandes Marques.  
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
 José Alberto Puig dos Santos Costa.  
 José Alfredo Godinho da Silva.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
 José Assunção Marques.  
 José Augusto Ferreira de Campos.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Júlio Vieira Mesquita.  
 José Lapa Pessoa Paiva.  
 José Leite Machado.  
 José Luís Bonifácio Ramos.  
 José Luís de Carvalho Lalandia Ribeiro.  
 José Mário Lemos Damião.  
 José Pereira Lopes.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Licínio Moreira da Silva.  
 Luís António Martins.  
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
 Luís Manuel Neves Rodrigues.  
 Luís da Silva Carvalho.  
 Manuel António Sá Fernandes.  
 Manuel Coelho dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel João Vaz Freixo.  
 Manuel Joaquim Baptista Cardoso.  
 Manuel José Dias Soares Costa.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Maria Antónia Pinho e Melo.  
 Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
 Maria Leonor Beleza M. Tavares.  
 Maria Manuela Aguiar Moreira.  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.  
 Mary Patrícia Pinheiro e Lança.  
 Mário Jorge Belo Maciel.  
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
 Mateus Manuel Lopes de Brito.  
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rosa Maria Tomé e Costa.  
 Rui Alberto Limpo Salvada.  
 Rui Gomes da Silva.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Virgílio de Oliveira Carneiro.  
 Walter Lopes Teixeira.

**Partido Socialista (PS):**

Ademar Sequeira de Carvalho.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Manuel Avelino.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alberto de Sousa Martins.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Fernandes Silva Braga.  
 António Manuel Henriques Oliveira.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Edite Fátima Marreiros Estrela.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Edmundo Pedro.

Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
 Francisco Fernando Osório Gomes.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Henrique do Carmo Carminé.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João António Gomes Proença.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Rosado Correia.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Luís Costa Catarino.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.  
 Laurentino José Castro Dias.  
 Leonor Coutinho dos Santos.  
 Luís Geordano dos Santos Covas.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito.  
 Rui António Ferreira Cunha.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

#### Partido Comunista Português (PCP):

António da Silva Mota.  
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 João Camilo Carvalhal Gonçalves.  
 Joaquim António Rebocho Teixeira.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 Júlio José Antunes.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Manuel Rogério Sousa Brito.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.  
 Octávio Augusto Teixeira.

#### Partido Renovador Democrático (PRD):

Alexandre Manuel Fonseca Leite.  
 António Alves Marques Júnior.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 Rui José dos Santos Silva.

#### Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

#### Deputados independentes:

Herculano da Silva Pombo Sequeira.  
 João Cervica Corregedor da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Como é do conhecimento da Câmara, a sessão de hoje é dedicada a perguntas ao Governo. Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Alimentação: Poderíamos, neste momento, sintetizar como principais acusações que o sector industrial do arroz tem formulado ao Governo a ineficácia das negociações com a CEE em matéria de salvaguarda de interesses específicos da indústria arroseira nacional e uma deficiente comunicação do percurso das dificuldades que as negociações têm enfrentado para, ao que a própria indústria refere, obter a satisfação de um conjunto de preceitos que, ao longo de 1990 e em encontros com o Governo, a indústria manifestou como sendo fundamentais.

A essas acusações da indústria somam-se as da produção. Não direi que o fenómeno tenha tido repercussões em todo o espaço nacional, mas na zona sul, particularmente no distrito de Setúbal, surgiu um conjunto de reclamações provenientes da produção de duas ordens de grandeza, que passarei a expor.

Uma primeira consubstancia-se no facto de, por falta da definição de uma política de preços e de garantia de escoamento, os industriais terem atrasado extraordinariamente o início da recepção do arroz, o que gerou a perda de largos milhares de toneladas da produção.

Posteriormente, verificou-se que o não pagamento à produção do arroz recolhido gerou uma outra situação: a maior parte dos produtores adquiriu, para a sua campanha, factores de produção com o respectivo pagamento em diferido e assumiu compromissos que não pôde satisfazer, exactamente devido à indisponibilidade do pagamento do arroz que entregou à indústria.

No fim de contas, o que se verifica é que esta situação tem afectado tanto o sector primário como o sector industrial, pelo que, penso, torna-se necessário clarificar esta situação, e não apenas porque os seus efeitos são já sentidos, mas porque, mesmo que as situações estejam eventualmente corrigidas, elas não deixarão de ter repercussões pelo atraso com que terão surgido. Resta saber se, em relação ao futuro, está salvaguardado o conjunto de medidas e de mecanismos que permitam proteger a produção nacional e a indústria.

Neste aspecto, gostaria ainda de colocar duas questões.

Uma primeira, que tem a ver com os mecanismos complementares de troca (MCT), vai no sentido de saber até onde é que tais mecanismos permitem à indústria evitar que o País seja inundado de arroz já devidamente preparado, deixando, por conseguinte, a indústria de ter razões para laborar a produção nacional.

Por outro lado, gostaria também de saber até que ponto está salvaguardado que a produção nacional irá ter condições de escoamento da produção se efectivamente não forem encontrados meios de equilibrar os interesses da produção e da indústria, no sentido de esta se manter disponível para receber o arroz daquela.

Estas são, por conseguinte, as questões que desde já colocaria à consideração do Sr. Secretário de Estado da Alimentação.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Alimentação.

O Sr. Secretário de Estado da Alimentação (Luís Capoulas): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rogério Brito: Efectivamente, entrámos recentemente na segunda etapa da nossa adesão à política comum, o que, antes de mais, significa uma concorrência acrescida dos nossos principais parceiros comunitários em todos os sectores e naturalmente que também no sector orizícola nacional.

Esta campanha foi, portanto, de transição, a qual, no caso concreto do arroz, ocorreu, com o respectivo período de escoamento, mesmo em cima do virar desta página importante, ou seja, da primeira para a segunda etapa.

Seria, assim, de esperar que algumas perturbações pudessem ocorrer, fruto da relativa incerteza com que os operadores teriam de enfrentar esta campanha. No entanto, em face da substancial mudança de regras que implicou a transição da primeira para a segunda etapa, penso que as perturbações foram mínimas, o que, aliás, tentarei demonstrar.

Ocorreram durante o último trimestre — isto responde à primeira questão colocada pelo Sr. Deputado — inúmeras reuniões, no âmbito da Direcção-Geral de Mercados, com representantes dos industriais e da produção, que foram, a par e passo, informados do desenrolar das negociações, embora com uma margem de incerteza óbvia. É que esta negociação a nível dos doze, apenas consagrada já no final de Novembro e princípios de Dezembro, ocorreu muito em cima do escoamento da produção nacional, pelo que não podia haver possibilidade de esclarecer tudo atempadamente, por forma a que os agentes pudessem saber antecipadamente aquilo com que contariam no início do ano de 1991.

Não obstante, devo dizer-lhe que a intervenção foi aberta logo no dia 2 de Outubro, havendo, portanto, a possibilidade de qualquer agente económico, produtor ou industrial, caso tivesse dificuldades de escoamento do arroz, o entregar à intervenção. Porém, tal não se verificou senão já no final de 1990 e em relação a apenas 15 000 t do total de cerca de 150 000 t produzidas.

Por conseguinte, isto significa que, apesar da margem de incerteza com que decorreu o escoamento da presente campanha de produção do arroz, o mercado acabou por funcionar relativamente bem.

Houve naturalmente situações pontuais, como a de alguns agricultores da bacia do Sado, em que se verificaram, embora por razões que apenas terão que ver com a livre negociação entre a produção e a indústria, algumas dificuldades de escoamento, que julgo estarem já perfeitamente ultrapassadas.

De facto, a Cooperativa Agrícola do Vale do Sado foi uma das que receberam arroz dos produtores, entregando algum à intervenção. No entanto, penso que as dificuldades que se verificaram foram apenas com produtores não associados na Cooperativa e que tinham os seus esquemas próprios de comercialização, que falharam nesta conjuntura.

De qualquer modo, o problema não tem expressão. Com efeito, pude informar-me de que apenas 12 produtores têm a semente em dívida para com a EPAC, o que significa um total de apenas 340 ha de área semeada de entre os 30 000 ha de arroz que semeamos.

Quanto ao futuro, gostaria de dizer que a negociação da nossa segunda etapa de adesão foi, antes de mais, balizada pelo que o próprio Tratado previa. O arroz é um sector para o qual temos condições naturais de competitividade e em que os preços institucionais estão praticamente

igualizados. Apesar disso, foi possível negociar a adopção dos mecanismos complementares de troca, que nos permitem acompanhar as importações durante os próximos cinco anos, por forma a que o escoamento da nossa produção nacional não seja substancialmente afectado com isso. Isto sendo certo que aquilo que se nos depara no horizonte — é essa a verdade que teremos de levar a todos os produtores — é caminhar cada vez mais para uma economia mais livre, em que as regras do mercado tenderão a ter um papel cada vez mais relevante.

Na verdade, a concorrência é irreversível e não podemos iludir os nossos agricultores com a miragem de falsos protecctionismos, que não voltarão mais.

Essa afirmação da concorrência e da livre troca com os nossos parceiros comunitários vai cimentar-se. Vamos tentar que isso aconteça progressiva e gradualmente, sem grandes sobressaltos e perturbações para os sectores agrícolas nacionais, designadamente para a orizicultura, em que possuímos evidentes vantagens comparativas.

Portanto, vamos procurar actuar fundamentalmente ao nível das estruturas.

Estamos, pois, a pensar num programa específico do PEDAP para a reconversão de áreas marginais que não têm condições de produtividade no sector orizícola, assim como para a melhoria de alguns sistemas de irrigação das áreas orizícolas que não têm condições de produtividade no sector orizícola. Penso que é aqui que temos de fazer um grande esforço, bem como na racionalização dos circuitos de comercialização.

Creio que é importante que na segunda etapa de adesão à CEE os nossos produtores agrícolas se consciencializem de que têm de ter organizações próprias para a comercialização, sem o que estarão numa posição bastante mais indefesa perante os outros operadores do mercado. É a lógica da economia de mercado e da livre concorrência que nós temos de assumir indelivelmente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem de novo a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Secretário de Estado, tanto quanto sei, foi autorizada ou liberalizada a importação de 10 000 t de arroz. Perguntar-lhe-ia se o facto de uma única empresa ter imediatamente cativado as 10 000 t a importar se integra na lógica da economia de mercado. Esta é uma questão que me ocorreu a propósito da teorização sobre uma economia de mercado que, na prática, não funciona tão cabalmente como o Sr. Secretário de Estado terá referido.

Aliás, em matéria de economia de mercado, quero colocar-lhe ainda mais duas ou três questões.

Portugal tem variedades tradicionais de arroz perfeitamente aceites no mercado nacional e, de repente, é confrontado com uma política de preços que penaliza fortemente as próprias variedades nacionais e que, mais, exige a adaptabilidade das novas variedades para que se possam produzir, de acordo com as quantidades máximas garantidas, as variedades mais «permitidas» (em termos de volume de produção) pela Comunidade e mais remuneradas.

Ora, estas são fases de transição que não se compadecem com economias de mercado que, no fim de contas, não existem, porque, a existirem, autorizar-se-ia que no mercado nacional continuasse a circular a produção nacional, sem problemas, de acordo com a própria solicitação da procura interna. Só que a questão não se coloca nestes termos.

Pelo contrário, decorrida a primeira etapa, há, desde logo, uma penalização sobre os preços das variedades que a Comunidade desvaloriza, mas que não têm a ver com a nossa realidade. E é preciso ter em conta este aspecto, porque, com a abertura do mercado e com a entrada do arroz industrializado no País, surgem problemas de compatibilização de preços e de concorrência com a própria indústria nacional. Assim sendo, não me parece que seja despendendo de ter em conta a importância de se assegurar uma fase de transição adequada para a própria indústria, porque não é concebível imaginar que a produção de arroz seja viabilizada no nosso país sem ter a garantia de que a indústria a vai laborar.

A outra questão que pretendo colocar tem a ver com o tipo de montantes complementares de troca que terão sido obtidos nas negociações com a Comunidade, que considero muito discutíveis. Mais: a verdade é que, se atentarmos nos períodos em que eles são válidos, concluiremos que eles são relativamente curtos, podendo, de algum modo, salvaguardar o escoamento da produção nacional, mas não resolvendo o problema da indústria nem o da acumulação de stocks. E esse é outro problema que pode comprometer seriamente a própria viabilidade da actividade industrial e, consequentemente, da produção primária.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Alimentação.

O Sr. Secretário de Estado da Alimentação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rogério Brito: O nível dos MCT acordado para este 1.º bimestre de 1991 foi de 10 000 t de arroz branqueado, o que corresponde ao cálculo feito pela Comissão relativamente às nossas necessidades de importação e às nossas capacidades de produção — é, portanto, um número obtido aritmeticamente, tendo em conta o historial das nossas importações — e corresponde apenas a cerca de 30 % do nosso consumo neste período.

Efectivamente, a Comissão e os outros Estados membros não aceitaram que, relativamente ao arroz transformado — branqueado e semibranqueado —, o MCT pudesse funcionar durante todo o ano e apenas no-lo concederam para seis meses, o que pensamos ser já relativamente satisfatório. No entanto, devo dizer que este é um assunto que não consideramos encerrado e que continuamos a diligenciar na sede própria, a Comissão, no sentido de que ele possa ser garantido para todo o ano. Isso constituiria uma protecção acrescida à nossa indústria, sendo certo que ela também dispõe de um elemento de protecção industrial de 6\$ por quilograma de arroz importado que ainda vai prevalecer durante cinco anos e que, somado ao valor do MCA de 12\$, ainda dá uma protecção significativa, correspondente a sensivelmente 10 % do preço do arroz importado.

Também relativamente ao aspecto industrial, temos apostado na modernização da indústria, tendo investido, durante a primeira etapa de adesão, cerca de 2 milhões de contos na modernização da nossa actividade industrial orizícola. Esse esforço vai continuar a ser feito durante a segunda etapa no âmbito do Regulamento n.º 866 (CEE) e creio que vamos continuar a ter condições para garantir o escoamento da nossa produção, bem como a respectiva transformação.

Não estou pessimista neste sector nem naqueles em relação aos quais o nosso país tem vantagens comparativas, como o das frutas, o dos legumes, o do tomate e o dos

cereais forrageiros, designadamente o milho. Penso que o arroz vai ter condições de subsistir durante a segunda etapa e, depois, em plena integração na Comunidade desde que também se faça um esforço para ir ao encontro das necessidades e dos gostos do consumidor. É porque há variedades que o consumidor já não procura que existem nos países comunitários e extracomunitários e que nós não produzimos. Nós temos de fazer um esforço ao nível da produção para adaptarmos as nossas produções aos gostos e às preferências do consumidor. Se assim o fizermos, creio que temos uma margem não só para manter a nossa produção, como para modernizá-la e desenvolvê-la.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte.

O Sr. Cristóvão Norte (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, Srs. Deputados: Outrora, como hoje, a universidade desempenhou, e continua a desempenhar, um papel decisivo na vida dos povos, designadamente nos aspectos cultural, educativo, moral e económico.

E esta elementar verdade é de tal maneira patente que muitos sociólogos têm afirmado com muita pertinência que a universidade actua como «barómetro político e social» da sociedade em que se insere. E efectivamente assim é, não por mero acaso, mas porque ela reflecte e espelha com amplitude, e quase com rigor científico, os conflitos, as ansiedades e as profundas aspirações dos indivíduos e das sociedades.

É salutar que assim seja! É porque uma universidade, além de ser uma escola do saber e do aprender, terá necessariamente de ser uma escola do auscultar, cabendo-lhe uma função pedagógica e actuante, transformadora da sociedade, de modo a contribuir para o desejado equilíbrio moral e social. É assente nestes parâmetros e vocacionada para estas perspectivas que concebemos a Universidade do Algarve e o alto significado que teve para os Algarvios a sua criação. Mas temos consciência de que uma universidade, para além do seu apetrecho tecnológico, humano e financeiro (sem os quais não poderá funcionar eficientemente), ter-se-á de voltar para as realidades concretas da região, sob pena de não desempenhar o importante papel que lhe é inerente numa sociedade democrática, em que a descentralização tem de estender-se cada vez mais ao plano cultural.

Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, de facto, escandalosamente, em todas as reformas de ensino operadas no regime anterior nunca o Algarve foi contemplado com uma universidade.

O PSD apresentou em 1978 o projecto de lei n.º 45/I, de que me orgulho de ter sido um dos subscritores e do qual nasceu a Universidade do Algarve.

Hoje algumas forças da oposição surgem como profetas da desgraça e do derrotismo, quer alegando que a sua viabilidade está comprometida pela escassez dos meios financeiros, quer pela falta de potencial humano capaz de fazê-la funcionar com plena racionalidade, augurando a curto prazo a sua fusão com o Instituto Politécnico de Faro e, por consequência, a sua extinção, propalando que essa é uma intenção muito clara deste Governo.

Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, queria que me esclarecesse se isso corresponde à verdade e que me dissesse qual é efectivamente a actual realidade da Universidade do Algarve.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Mas que realidade?...

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior (Alberto Ralha): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começarei por lembrar que Luís de Camões falou no «Velho do Restelo» aqui, na região de Lisboa, mas parece que se esqueceu de que também havia um «Velho do Restelo» no Sul do País, talvez no Algarve...

Na verdade, a oposição tem, com muita frequência, lançado notícias de que a Universidade do Algarve estaria em extinção ou que estaria paralisada. Aliás, como o Sr. Deputado recordou, e bem, ela foi criada pela Lei n.º 11/79 desta Assembleia, por iniciativa do PSD, e recentemente, em 1988, pelo Decreto-Lei n.º 373/88, passou a estar articulada com o Instituto Politécnico de Faro, mas as duas instituições mantêm-se perfeitamente independentes. Portanto, tem, desde 1988, mantido uma gestão integrada, em que são apenas comuns os serviços centrais, os serviços de apoio social e o orçamento.

Os responsáveis pela instituição, bem como os representantes dos docentes, dos alunos e dos funcionários, chegaram, segundo tenho sido informado, a uma base de consenso no que se refere ao futuro das duas instituições do ensino superior. Esse consenso aponta para que se tire partido do que dispõe o § 3.º do artigo 14.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou seja, que a Universidade do Algarve passe a integrar também as escolas superiores politécnicas — não é para extinguir a Universidade do Algarve —, mantendo-se as duas carreiras e sendo os órgãos próprios de cada uma eleitos de acordo com a Lei de Autonomia da Universidade ou a Lei do Ensino Superior Politécnico.

Esta solução permitirá obter mais rapidamente uma massa crítica de estudantes, de docentes e de instalações capazes de ombrear com as restantes instituições do ensino superior em Portugal. É de referir que no ano lectivo em curso se inscreveram nestas instituições 1653 estudantes, que frequentaram nove licenciaturas da Universidade e sete bacharelados do Politécnico.

O crescimento da população discente foi o ano passado de 26% e prevê-se que no próximo ano seja de 40%. Prestam serviço 67 professores, 177 assistentes e 170 funcionários. E, como a Universidade do Algarve tem atribuído bolsas a docentes, é de esperar que num futuro muito próximo essa população docente duplique em relação ao que já existe hoje.

A Universidade do Algarve dispõe de um *campus* de 20 ha em Gambelas, onde estão instalados edifícios que representam 4000 m² de área coberta. Neste momento teve início a construção de um dos edifícios definitivos, a que corresponde uma área coberta de 3200 m² e ainda de 850 m² para instalações provisórias, gabinetes e salas de aula.

O Instituto Politécnico de Faro, por seu lado, dispõe de um *campus* de 14,500 ha, que tem edifícios com uma área coberta de 23 000 m², dos quais 4000 m² estão em fase final de acabamento.

Devo dizer-lhe que nos últimos anos os investimentos nestas instituições rondam quase os 2 milhões de contos.

Em relação ao apoio social, a Universidade do Algarve e o Instituto Politécnico dispõem de duas residências, com 150 camas, três bares e um refeitório com capacidade para fornecer 3000 refeições diárias.

A Universidade do Algarve candidatou-se a sete projectos do PRODEP, três para construções novas, três para ampliação de construções já existentes e um para equipamento da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, num montante que ronda quase os 5 milhões de contos, ou seja, precisamente, 4,8 milhões de contos.

No que se refere à investigação, a Universidade do Algarve, assim como o Instituto Politécnico de Faro, encontram-se numa fase de intensa actividade, tendo em curso 21 projectos de investigação.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem de novo a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte.

O Sr. Cristóvão Norte (PSD): — Sr. Deputado Rogério Brito, em relação ao aparte que V. Ex.ª fez no fim da minha intervenção, quero dizer-lhe que, naturalmente e sem qualquer hipocrisia, como algarvio e subscritor do projecto de lei que foi aprovado por esta Assembleia e que instituiu a Universidade do Algarve, eu não podia deixar de ficar muito satisfeito com a resposta afirmativa do Sr. Secretário de Estado. E, ao contrário do que muitos dizem, a Universidade do Algarve será, efectivamente, uma realidade prometedora.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — A «sua realidade», Sr. Deputado!...

Os factos o dirão!

O Orador: — Como disse o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior — e continuo a dizer —, esta é a primeira e, parece-me, a única universidade a nascer pela vontade popular legitimamente representada na Assembleia da República. E o mínimo que pode exigir-se de um regime democrático é que o Governo assegure os mecanismos jurídicos e financeiros conducentes à materialização da lei aprovada. Não temos de recuar, fundamentalmente, quando a razão e a justiça que nos assistem são hoje comungadas pela esmagadora maioria dos algarvios e quando sabemos que o actual governo — aliás, como disse, e muito bem, o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior — partilha das mesmas preocupações e propósitos. Portanto, Sr. Deputado Rogério Brito, esteja descansado, porque a Universidade do Algarve, para bem de todos nós e do País, será uma realidade prometedora!

O Sr. Rogério Brito (PCP): — É preciso passar das promessas à realidade!

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Hermínio Martinho.*

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior: — Sr. Deputado Cristóvão Norte, um dos pontos que tem dado lugar a muitas críticas é o facto de a Universidade do Algarve não ter ainda os estatutos aprovados. Devo dizer

que a preparação dos estatutos se encontra em fase adiantada de elaboração. Estão a ser preparados textos com soluções alternativas, que serão objecto de discussão e aprovação na assembleia, para a qual estão já eleitos os representantes dos professores e dos funcionários. Portanto, espera-se que durante este mês de Fevereiro sejam eleitos os representantes dos alunos e que, deste modo, os estatutos estejam aprovados no mês de Março, o mais tardar no mês de Abril.

No que se refere às actividades de investigação, a Universidade do Algarve tem 21 projectos e candidatou-se a três projectos do programa Ciência: um para a criação de um instituto para a investigação das ciências do mar, outro para um centro de ciências de informação; e outro abrangendo um programa para as ciências agrárias, em articulação com a Divisão Regional de Agricultura do Algarve e empresas.

O Sr. Deputado referiu na sua intervenção que as universidades devem preocupar-se com as necessidades das regiões. Em relação a este aspecto, quero dizer que a Universidade do Algarve tem 40 convénios assinados com sectores de actividades económicas e culturais da região, convénios esses que incluem apoios à análise de alimentos, de águas, de efluentes e de lixo urbano, à certificação de matérias de construção, em colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e controlo de qualidade de produtos. De resto, em associação com empresas e organizações profissionais, criou a BIOTECNAR, destinada a realizar actividades deste tipo para apoio às necessidades de índole económica e cultural da região.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social sobre pensões dos ferroviários e situação dos reformados do Caminho de Ferro de Benguela, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: A pergunta que vou colocar-lhe, relativa à situação dos ferroviários reformados, vai abordar quatro questões, a primeira das quais tem a ver com o atraso na actualização anual das pensões dos ferroviários, a segunda, com a degradação das pensões de reforma dos ferroviários, a terceira, com o problema da inclusão dos 10% de subsídio de renda de casa no cálculo das pensões de reforma dos trabalhadores da CP, e a quarta, com a situação dos reformados e pensionistas do Caminho de Ferro de Benguela.

Sr. Secretário de Estado, milhares de reformados da CP confrontam-se, ano após ano, com o atraso crónico da actualização das suas pensões. É o calvário anual dos ferroviários reformados: pedem audiências..., correm «Ceca e Meca», para que a pesada e morosa máquina da Administração Pública acelere o processamento do aumento anual das suas pensões!

Como sabe, Sr. Secretário de Estado, esta actualização reporta-se legalmente a 1 de Fevereiro de cada ano, mas, ou porque o conselho de gestão da CP demora a transmitir as informações que lhe compete fornecer aos serviços, ou porque os serviços da Caixa Nacional de Pensões (CNP) não funcionam como devem, ou por qualquer outra razão que desconheço, os reformados recebem os seus aumentos com cinco, seis, sete e mais meses de atraso.

Sr. Secretário de Estado, é preciso acabar com esta displicência, este «deixa andar», esta insensibilidade que prejudica milhares de pessoas de magros recursos económicos!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente à segunda questão, o Decreto-Lei n.º 49 514 determina que a actualização das pensões dos ferroviários se faça em função do agravamento dos preços registado anualmente.

Das 17 actualizações verificadas após a publicação daquele diploma, apenas uma excedeu em 0,3% a taxa de inflação registada no ano anterior. Todas as restantes actualizações se traduziram em perdas sucessivas do poder de compra dos reformados. Acresce ainda que as pensões dos que se reformaram antes de 25 de Abril de 1974 são pensões baixíssimas, das mais degradadas do País.

Sr. Secretário de Estado, tenciona V. Ex.ª respeitar ou fazer respeitar as disposições do Decreto-Lei n.º 49 514, de modo que na actualização anual das pensões dos ferroviários seja tida em conta a taxa de inflação verificada no ano anterior?

Que medidas vai V. Ex.ª tomar no sentido de corrigir a sucessiva perda de poder de compra das pensões dos ferroviários, principalmente as daqueles que se reformaram antes de 25 de Abril de 1974?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Vieira, queira terminar, pois já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Relativamente à terceira questão, quero dizer que a inclusão no cálculo das pensões de reforma dos ferroviários de 10% do vencimento a título de subsídio de renda de casa foi «suspensa» pelo Centro Nacional de Pensões a partir de 2 de Julho de 1984.

Ora, o artigo 13.º do Regulamento da Caixa de Pensões de Reforma da CP é bem claro quanto à imperatividade da inclusão dos 10%. A disposição referida mantém-se em vigor, dado que só pode ser alterada por um acto normativo, o que não sucedeu até este momento.

Decorridos seis anos, a Secretaria de Estado da Segurança Social, a quem foi remetido o assunto, ainda não se pronunciou, tanto quanto se conhece, no sentido de clarificar de uma vez por todas essa situação.

Sr. Secretário de Estado, mais uma vez, pergunto-lhe: quando tenciona habilitar o Centro Nacional de Pensões a retomar a prática interrompida em 2 de Julho de 1984, passando a incluir no cálculo das pensões os 10% referentes ao subsídio de renda de casa?

Finalmente, Sr. Secretário de Estado, quanto à situação dos reformados e pensionistas do Caminho de Ferro de Benguela, ela é de molde a justificar a nossa profunda preocupação, já que as pensões atingiram um grau de confrangedora debilidade. Parece não ser realista esperar que a sua actualização ocorra por iniciativa da própria Caixa. Ao invés, verifica-se a acumulação de pensões em atraso.

O caminho mais justo a seguir seria a integração na Caixa Nacional de Pensões, conforme requerimento do MODERP ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social. Vários argumentos aí invocados abonam esta pretensão.

Ressalta ainda o facto de a parte angolana não se opor e de o Sr. Primeiro-Ministro ter declarado à comunicação social, em 27 de Julho de 1989, estar em estudo a possibilidade de o Estado Português se substituir ao de Angola neste assunto.

Sr. Secretário de Estado, tenciona o Governo proceder à integração dos reformados do Caminho de Ferro de Benguela na Caixa Nacional de Pensões?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, mais uma vez, solicito-lhe que termine, pois já ultrapassou em muito o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Se não proceder a essa integração e as reuniões da Comissão Mista não permitirem encontrar uma solução, de que forma tenciona V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, assegurar os direitos destes reformados e pensionistas?

*Aplausos do PS e de alguns elementos do público presente nas galerias.*

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social para responder, quero informar o público que se encontra a assistir à sessão de que não pode manifestar-se.

Para responder, tem, pois, a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social (Vieira de Castro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Vieira: Agradeço as questões que me colocou e, relativamente à primeira, posso dar-lhe a boa notícia de que as actualizações das pensões dos ferroviários da CP ocorreram no ano passado com grande atraso. Recordo até que esse atraso chegou a atingir os 18 meses, mas saliento que na semana passada dei instruções ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e ao Centro Nacional de Pensões para que actualizassem essas pensões a partir do mês de Março, com retroactividade ao dia 1 de Fevereiro.

*Aplausos do PSD.*

De facto, não posso deixar de manifestar o quanto me agrada o facto de este ano ter sido possível cumprir as promessas feitas aos ex-ferroviários da CP, ou seja, verem as suas pensões actualizadas no mês de Março de cada ano. E assim vai acontecer em 1991!

No que concerne à questão da integração do subsídio de renda, devo dizer-lhe que a questão não é simples, pois nem todos os ex-ferroviários da CP têm direito a esse subsídio. Por outro lado, como provavelmente o Sr. Deputado saberá, existem decisões dos tribunais sobre essa matéria que são perfeitamente contraditórias. Há sentenças que são favoráveis a alguns e há outras que são desfavoráveis a outros. Em todo o caso, vamos continuar a analisar esta situação com toda a seriedade que é requerida e estou convencido de que vamos encontrar uma solução.

Relativamente à situação dos pensionistas e reformados do Caminho de Ferro de Benguela, que atinge mais de 1000 concidadãos, é factor bastante para que constitua uma preocupação permanente do Governo, que não se tem poupado a esforços para encontrar uma solução adequada à sua resolução. Assim, têm-se realizado negociações entre representantes da Caixa de Previdência do Pessoal do Caminho de Ferro de Benguela e a minha Secretaria de Estado, tal como tem havido reuniões entre representantes do Governo da República Popular de Angola e o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, e, embora tenham surgido algumas dificuldades, estamos convencidos de que seremos capazes de vencê-las a não muito longo prazo.

Em todo o caso, gostaria de dizer ao Sr. Deputado que o Governo Português, aliás, como lhe compete, não tem descurado a situação destes nossos concidadãos. A propó-

sito, lembro um despacho, que foi assinado em 22 de Dezembro de 1988, que se traduz no seguinte: dada a rotura financeira da Caixa de Previdência do Pessoal do Caminho de Ferro de Benguela, foi autorizado o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social portuguesa a abastecer essa instituição de previdência angolana para que pudesse garantir o pagamento das pensões a esses pensionistas e reformados. Na altura foi fixado que o abastecimento seria feito por forma a garantir que fossem pagos os valores das pensões mínimas do regime geral vigente em Portugal. Portanto, por despacho que assinei no dia 3 de Maio de 1990, a partir do dia 1 de Junho de 1990 a Caixa de Previdência do Caminho de Ferro de Benguela está a ser abastecida dos montantes necessários ao pagamento, não dos valores mínimos das pensões do regime geral português, mas das pensões determinadas pelo Regulamento da Caixa de Previdência do Caminho de Ferro de Benguela.

Fizemo-lo por estarmos atentos às situações de carência, situações sociais muito graves, que atingiram mais de 1000 concidadãos nossos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, registo com prazer — aliás, já não é a primeira vez que esta situação sucede — que este governo está a institucionalizar uma nova figura política: a da pergunta locomotiva. Isto é, invariavelmente, quando aparece aqui uma pergunta, vem um secretário de Estado ou um ministro e diz: «Eu tomei a decisão de na semana passada...»

*Risos do PS.*

De facto, isto é curiosíssimo!... De qualquer modo, se reverter a favor dos reformados, que aqui defendemos, não deixo de congratular-me com esse facto.

Quanto à questão relativa à degradação das pensões, o Sr. Secretário de Estado não disse nada e agradecia que fosse mais explícito, porque há legislação que não foi nem suspensa, nem anulada, nem alterada. Portanto, a pergunta que fiz deveria merecer uma resposta de V. Ex.<sup>a</sup> relativamente a esta disposição legal, que não tem sido sucessivamente respeitada.

Quanto ao subsídio de renda de casa, o Sr. Secretário de Estado referiu algumas decisões de tribunais que são desfavoráveis à inclusão dos 10% no cálculo das pensões dos ferroviários, mas eu refiro-lhe também — aliás, o Sr. Secretário de Estado tem pleno conhecimento disso — os dois acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça que são favoráveis a esta situação.

De facto, registamos esta situação bizarra: os pensionistas que se reformaram até 1984 estão a beneficiar da inclusão dos 10% e aqueles que se reformaram posteriormente e até esta data não têm a inclusão dos 10% no cálculo da sua reforma!

De facto, V. Ex.<sup>a</sup> tem de ponderar esta situação e resolvê-la.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Não seja injusto!...

O Orador: — Finalmente, quanto aos reformados do Caminho de Ferro de Benguela, V. Ex.<sup>a</sup> não disse rigo-



rosamente nada. Na verdade, a questão que coloquei foi esta: tenciona ou não V. Ex.<sup>a</sup> dar cumprimento a uma sugestão, que o próprio Primeiro-Ministro comunicou recentemente, no sentido de que a solução deste problema passa pela integração destes reformados no regime geral?

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social: — Sr. Deputado Rui Vieira, vou ter de ser um pouco desagradável. Não tenho culpa de que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha lido a comunicação social da semana passada e tomado conhecimento de que eu dei instruções no sentido de serem actualizadas as pensões dos ex-ferroviários da CP.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Há-de mostrar-me isso!

O Orador: — Vou esclarecê-lo: no documento que me foi dirigido pela Assembleia da República nem sequer se refere a pergunta que V. Ex.<sup>a</sup> fez relativamente aos reformados da CP. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> o que vem nesse officio? Vou lê-lo:

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Social:

Pergunta formulada através do deputado Rui Vieira sobre pensões dos ferroviários e situação dos reformados do Caminho de Ferro de Benguela.

É exactamente isto que acabei de ler!

Vozes do PS: — Então aí está! Será que os ferroviários não são da CP?!...

O Orador: — Vou responder-lhe no que concerne à actualização das pensões dos ex-ferroviários. Elas são, de acordo com a lei em vigor, actualizadas em função da taxa de aumento salarial dos trabalhadores da CP, isto é, os pensionistas da CP têm, em cada ano, um aumento igual ao dos trabalhadores activos da CP.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Abaixo da inflação!

O Orador: — No que concerne à eventual integração dos pensionistas e reformados do Caminho de Ferro de Benguela no sistema de protecção social portuguesa, o Sr. Deputado disse que eu tinha recebido um requerimento em que esses reformados solicitavam a sua integração na Caixa Nacional de Pensões.

Ora, esta instituição não existe! De certo, V. Ex.<sup>a</sup> queria referir-se à Caixa Nacional de Previdência, que tem a ver com a Caixa Geral de Aposentações e refere-se à protecção social dos funcionários públicos. De facto, este foi o pedido formulado pelos reformados do Caminho de Ferro de Benguela.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Diga «sim» ou «não», Sr. Secretário de Estado!

O Orador: — Quanto a este assunto, a Caixa Geral de Aposentações está a estudar essa situação.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Ah, já está a estudar!...

O Orador: — Mas, apesar disso, dir-lhe-ei que a Caixa Nacional de Previdência, contrariamente ao que possa pensar, depende da Secretaria de Estado do Orçamento, e não da Secretaria de Estado da Segurança Social.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Rui Vieira (PS): — Isso é problema do Governo!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes sobre a situação na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Roque.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Ao trazermos hoje aqui o problema da situação na CP, procuraremos retratar as preocupações dos seus cerca de 22 000 trabalhadores, dos seus milhões de utentes, dos agentes económicos e mesmo das autarquias locais preocupadas com o desenvolvimento regional.

Assim, começaremos por analisar a gestão ruinosa desta empresa.

A incapacidade da gerência é manifesta mesmo para qualquer leigo: basta analisar o previsto, em diversos anos, no PIDDAC e no plano de modernização da CP (aprovado em Conselho de Ministros em 4 de Fevereiro de 1988) e ver que esse plano nunca foi cumprido até hoje, o que tem como consequência, dos diversos anos, desde 1988, haver dotações orçamentais do Governo não aplicadas, que reverterem para o serviço da dívida da CP por falta de projectos e deficiente gestão.

Acresce que o último conselho de gerência, do qual se mantém o presidente e outro membro, praticou atitudes muito graves, no ponto de vista jurídico, desrespeitando resoluções do Conselho de Ministros, ao entregar empreitadas para renovação integral da via nos troços Castelo Branco-Fundão e Casa Branca-Beja, qualquer delas num montante superior a 1 milhão de contos, sem concurso público.

A agravar a situação, o último conselho de gestão e o actual nunca empossaram o gestor representante dos trabalhadores, embora eleito há vários anos.

Continuando a falar dos eleitos dos trabalhadores, espezinhados pelo Governo e pelos diversos conselhos de gerência, é de recordar que, segundo o relatório do Banco de Portugal, os mesmos perderam, desde 1988 até 1991, em relação à inflação, 7,6% do seu poder de compra, ou seja, os seus salários reais diminuíram nesse valor.

Acresce que o Governo e o conselho de gerência, embora tenham prometido o regulamento de carreiras, depressa o esqueceram, assim como se esqueceram de cumprir os regulamentos de higiene e segurança no trabalho e o de fardamentos, ignorando, assim, o que assinaram, o que nada abona a seu favor.

Tal como aos reformados do Caminho de Ferro de Benguela, com os quais nos solidarizamos, também aos reformados da CP, do regime da Caixa de 1927, foi-lhes suprimido o subsídio de 10% da renda de casa a que tinham direito.

Não satisfeitos com isto, o Governo e o conselho de gerência, depois de tripudiarem e negarem o que era estabelecido por eles e por governos anteriores — e que deviam cumprir como pessoas de bem —, brincam também com os utentes. Assim, encerraram 280 km de via férrea, situados nas zonas interiores, como Trás-os-Montes, Alen-

tejo e Beira Interior, isolando cidades, como Vila Real e Viseu, precarizando ligações a Évora e Portalegre e deixando zonas inteiras praticamente isoladas.

**Voices do PCP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Tudo isto em termos de uma visão economicista, descurando o carácter social que a empresa deve ter, mas, em contrapartida, obrigou a empresa a alugar autocarros alternativos ao preço de 60 contos/dia nos ramais de Sines, de Moura, Estrela de Évora e nas linhas do Tâmega, Sabor e Corgo.

**Voices do PCP: — É uma vergonha!**

**O Orador: —** Acresce que este plano, meticulosamente preparado, começou com o desajustamento de horários em relação aos interesses da população, diminuição do número de circulações e degradação da oferta, ao ponto de na linha do Corgo serem transportadas pessoas em vagões *J*, que, normalmente, são utilizados no transporte de gado.

É evidente que, com estas situações, pode dizer-se que as linhas não são rentáveis. De facto, só faltou vender bilhetes para os passageiros fazerem a pé o percurso pretendido!...

Mas o grave da questão é que o Governo, ao não consultar as autarquias, desrespeitou a Lei de Bases dos Transportes Terrestres, que ele e a maioria (e só eles) aqui aprovaram. É ter muita falta de respeito pelos outros, agravada com a falta de respeito por si próprio!

Mas a verdade é que isto também serviu ao Governo e à CP para aumentar a «segurança». Assim, numa rede que tem duas passagens de nível/quilómetro, que tem 540 km de via assentes em terra e um material circulante caracterizado por mais de 60% das carruagens e vagões e 50% das automotoras terem mais de 20 anos, as medidas de segurança adoptadas foram as seguintes: encerramento de vias; diminuição de velocidade; diminuição da capacidade de frenagem, o que é grave; redução do número de comboios regionais para os intercidades cumprirem os horários.

Muito fica para dizer em termos de CP, mas ficam aqui alguns dos aspectos graves.

Assim, urge perguntar ao Governo, perante esta situação real — se a conhece, do que duvidamos, pelas últimas declarações do Sr. Ministro —, que medidas concretas pensa tomar para acabar com este desgoverno na CP, quando pensa cumprir o que assinou para com os trabalhadores e para com esta Câmara e, finalmente, quando pensa cumprir a sua Lei de Bases de Transportes Terrestres?

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente: —** Para responder ao Sr. Deputado Luís Roque, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

**O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Jorge Antas): —** Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Roque: Em primeiro lugar quero dizer que é com alguma estranheza que vejo V. Ex.<sup>a</sup> fazer rigorosamente as mesmas perguntas e colocar as mesmas questões que, repetidamente, têm sido colocadas aqui ao Governo e por ele respondidas.

Em todo o caso, posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que terei todo o prazer em vir aqui, as vezes que forem necessárias, repetir-lhes as mesmas respostas, porque essa é uma obrigação democrática do Governo a que não me furtarei.

A primeira questão que me colocou referia-se à falta de cumprimento do plano de investimentos da CP. Julgo que essa resposta, felizmente para o Governo, é muito simples de dar, porque, como o Sr. Deputado e o País sabem, nunca foi investido tanto nos caminhos de ferro como nos últimos anos. É evidente que são investimentos pesados e apenas este governo, graças ao crescimento da sua economia, pôde colocar à disposição da CP os recursos suficientes aos investimentos pesadíssimos de que uma linha extremamente envelhecida carecia.

A prioridade, em termos de transportes, que o Governo dá aos caminhos de ferro é a primeira e, portanto, essa é, de facto, a primeira resposta em relação ao cumprimento integral dos planos de investimento e aos milhões de contos gastos — e que continuarão a sê-lo — na renovação e na modernização dos caminhos de ferro.

O Sr. Deputado falou também de problemas sociais. Provavelmente, a estratégia seguida por uma central sindical não tem resultado e a paz social existe nos caminhos de ferro portugueses graças ao acordo social e ao acordo em relação a aumentos na CP. Neste momento os trabalhadores da CP, julgo que em grande parte devido ao programa de investimentos, voltaram a acreditar na sua empresa, o que é extremamente importante. Daí que se possa programar a vida dos próximos meses da empresa em paz social, o que vai permitir o reforço dos investimentos.

Relativamente a dois outros pontos que o Sr. Deputado me colocou — o problema do encerramento de linhas férreas e o problema da segurança —, eles já foram, de facto, respondidos, mas volto a dizer que terei todo o prazer em os voltar a abordar.

No que diz respeito à segurança, é evidente que todos os investimentos que estão a ser feitos a têm como objectivo. Já uma vez aqui lhe referi que os investimentos na segurança têm como principal fundamento não aumentar a segurança em si, mas aumentar as *performances* do próprio caminho de ferro, isto é, as velocidades e a operacionalidade, porque, de facto, a segurança existe sempre, só que à custa de menor rentabilidade.

Os planos de investimento, em termos de segurança, estão a ser feitos e muito brevemente o reforço de meios, em relação à linha do Norte e à linha de Sintra, vão permitir ainda maiores velocidades de circulação.

Relativamente ao encerramento de linhas, o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações já teve aqui o ensejo de explicar que, de facto, o que uma empresa de transportes oferece ao público não são quilómetros, mas sim passageiros por quilómetro, e, portanto, como o número de passageiros por quilómetro oferecido pela CP tem aumentado a um ritmo muitíssimo grande, não posso ver como é que ela tem diminuído a sua extensão de operação, que eu meço em passageiros por quilómetro.

Julgo que o problema do encerramento de linhas é um *slogan*, porque não é o Governo — e isto já foi diversas vezes explicado — nem a CP que encerram as linhas; o público consumidor tem o direito de escolher o transporte que quer utilizar e o caminho de ferro não é mais um transporte único, é um transporte complementar e alternativo com todos os outros, mas, de facto, a Companhia de Caminhos de Ferro tem aumentado, indiscutivelmente, o número de passageiros transportados por quilómetro.

**O Sr. Luís Roque (PCP): —** Não é verdade!

**O Sr. Presidente: —** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Roque.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Sr. Presidente, foram aqui feitas certas afirmações que não correspondem à verdade, pelo que gostaria de a repor.

O Sr. Secretário de Estado disse que nunca se investiu tanto por isso; pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> e o seu governo cumpriram o plano de modernização da CP, pelo qual, no ano passado, deveriam ter transferido 32 milhões de contos e, este ano, 36 milhões de contos. Onde é que estão essas importâncias? Diz que nunca se investiu tanto, pois a mim parece-me que nunca se investiu tão pouco!

Aliás, este programa de modernização foi aprovado no tempo do seu governo, pois trata-se de uma resolução do I Governo de Cavaco Silva.

Quanto aos problemas sociais, é evidente que o Sr. Secretário de Estado pode ter outros valores, mas eu tenho aqui os valores do relatório do Banco de Portugal, que lhe posso dar, e que são os seguintes: em 1986, a inflação foi de 9,6 %, os salários da CP subiram 7,2 % e os salários nas empresas públicas não financeiras subiram 9,4 %; em 1989, a inflação foi de 12,7 %, os salários da CP subiram 8,7 % e os salários nas empresas públicas não financeiras subiram 12,1 %; em 1990, a inflação foi de 13,5 %, os salários da CP subiram 12,3 % e os salários nas empresas públicas não financeiras subiram 15,9 %. Portanto, o Sr. Secretário de Estado anda um pouco desactualizado em relação ao Sr. Ministro.

Quanto ao encerramento de linhas férreas, é a primeira vez que ouço o seu governo falar ncle. Até aqui o Sr. Ministro dizia que se tratava de encerramentos temporários. Mas, efectivamente, nós sabemos que o facto se encontra consumado, porque se andou a trabalhar muito tempo nesse sentido, pois degradou-se a oferta, como disse aqui, desfasaram-se os horários e transportaram-se as pessoas como gado.

O Sr. Secretário de Estado acha que, como alternativa, é viável colocar-se um ou dois autocarros por linha — normalmente são dois autocarros por linha e, por exemplo, no ramal de Sines estão a actuar dois ou três — a 60 000\$ por dia? Julga que a automotora da CP gastaria isso no mesmo trajecto?

A evolução de produção e o número de passageiros por quilómetro diminuíram, em 1988–1989, 2,2 %, embora subissem, em 1986–1987, 1,68 % e, em 1987–1988, 2,2 %. Portanto, actualize-se, Sr. Secretário de Estado, porque assim, realmente, não é possível aos governados verem resolvidos os problemas.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Deputado Luís Roque, V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, referiu alguns números, mas não fez qualquer observação em relação aos investimentos que este governo tem vindo a fazer na CP, comparativamente com os que se fizeram no passado.

É evidente que, a partir de determinado momento se verificou uma paragem de investimentos nos caminhos de ferro e só este governo é que deu novamente prioridade a este sector. Ainda bem que o Sr. Deputado confirma este novo surto do investimento, pois é um facto perfeitamente visível e difícil de ocultar.

Deste modo, em face da história do caminho de ferro, penso que o Sr. Deputado se limitou a referir números,

não tendo sequer comparado os investimentos actuais com os que ocorreram em outros períodos sob a responsabilidade de outros governos.

Quanto ao problema da paz social, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que os trabalhadores da CP, sempre que se tem discutido a questão dos salários, são extremamente conscientes. Aliás, é bom lembrar que muito recentemente se verificou a aprovação de um conjunto de medidas sociais por parte de um grande número de sindicatos representativos dos trabalhadores...

O Sr. Luís Roque (PCP): — É por isso que os trabalhadores estão hoje em greve, Sr. Secretário de Estado!

O Orador: — Efectivamente, alguns trabalhadores estão em greve, mas são trabalhadores que se encontram filiados em sindicatos que não puderam, por razões que o Sr. Deputado sabe, chegar a acordo.

Quanto aos aumentos, penso que o Sr. Deputado, de facto, não está actualizado, pois o número de passageiros/quilómetro a que se referiu corresponde a valores de 1988 e eles voltaram a subir, o que é perfeitamente normal.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Não deve estar a referir-se aos números da CP, Sr. Secretário de Estado!

O Orador: — Mas, se a questão está nos ramais de Sines ou em outros, é evidente que a análise que o Governo faz de toda a linha do caminho de ferro tem de ser pragmática. É preciso fazer grandes investimentos na CP, em todos os locais, para se poderem estabelecer as linhas de que o público necessita.

Na verdade, em relação aos transportes, posso afirmar que o Governo actua no sentido de satisfazer a oferta necessária e não se guia por critérios que não sejam reais.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Como já é costume, não respondeu a nada! Cá estaremos, de novo, para a próxima!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território sobre as implicações fiscais para as autarquias pela deslocação espacial das empresas, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. Rui Silva (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Os debates do Orçamento do Estado, para além de incidirem sobre questões, opções e directrizes fundamentais da política nacional para cada ano, suscitam particular atenção no domínio das transferências financeiras para as autarquias locais.

Quase sempre se verificam discussões acaloradas, em Plenário e em sede de Comissão, sobre os quantitativos e as percentagens a atribuir a cada um dos municípios do nosso país.

Quer queiram, quer não, haja os critérios que houver, a controvérsia persistirá e as sempre indesejáveis assimetrias entre as regiões permanecerão, colocando em situação de desigualdade cidadãos do mesmo país em função do seu local de residência.

Parece-me, contudo, que não se esgota na distribuição do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) a resolução dos problemas nem o esbatimento das iniquidades.

Não pretendo debruçar-me, neste momento, sobre os discutíveis critérios de isenções de impostos destinados às autarquias, a não actualização de impostos que constituem

as receitas municipais ou sobre a manutenção das estruturas de controlo e actualização de valores matriciais de bens prediais, de que resultam graves penalizações fiscais para as autarquias.

A questão que constitui o objecto da pergunta que pretendo formular a V. Ex.<sup>a</sup> prende-se com a arrecadação e destino de impostos provenientes do exercício das actividades económicas.

Felizmente, o tecido produtivo vai-se alargando para as mais diversas regiões, com os evidentes benefícios daí resultantes.

Na verdade, a melhoria de condições de vida das populações, a travagem da desertificação das regiões interiores e o equilíbrio populacional são alguns dos efeitos benéficos da instalação e do desenvolvimento das indústrias extractivas e transformadoras situadas em zonas diversificadas.

Se tal constitui a vertente positiva, a ignorância de outras dimensões da questão será a porta aberta à manutenção e mesmo ao agravamento das diferenças existentes entre as comunidades.

É que em boa parte dos casos, sobretudo no concernente às grandes empresas, de cujo exercício se arrecadam vultosas verbas provenientes de impostos, têm a sua sede nas grandes cidades, sobretudo em Lisboa e no Porto.

E aqui, Sr. Secretário de Estado, é que reside o cerne da questão.

Qualquer que seja o lugar em que estejam instaladas as unidades industriais ou qualquer outro tipo de actividades produtivas, os impostos delas resultantes são canalizados para as autarquias onde se situam as sedes das empresas, não passando, nalguns casos, de simples escritórios de carácter meramente administrativo.

E, se é desejável e bem-vinda, em boa parte dos casos, a instalação de unidades produtivas nas diversas regiões, não é menos certo que elas também trazem todo um cortejo de inconvenientes, que são companheiros indesejáveis para as populações, nomeadamente pelos problemas de ordem ambiental, depauperantes da qualidade de vida das comunidades.

Por outro lado, a instalação de indústrias em boa parte dos concelhos implica, por parte do município, um esforço adicional, no sentido de fazer face a novas necessidades de infra-estruturas de saneamento básico, habitação, vias de comunicação e transportes e, no caso concreto, da rede viária municipal.

Se o povo diz — e bem — que «quem come a carne que roa os ossos», eu diria que quem tem de suportar os aspectos negativos deverá ter direito ao acesso aos benefícios criados.

A situação existente, Sr. Secretário de Estado, é manifestamente lesiva dos interesses dos municípios em tais condições, que reclamam a definição de um quadro legal permissivo da minimização dos desequilíbrios vigentes.

É nosso entendimento que um diploma normativo da iniciativa do Governo poderia resolver a contento os problemas existentes e que acabei de focar.

Assim, Sr. Secretário de Estado, agradeceríamos que nos informasse sobre qual a posição do Governo face a esta questão e quais as perspectivas que V. Ex.<sup>a</sup> tem quanto a alterações do sistema existente.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (Nunes Liberato): — Sr. Deputado Rui Silva, em primeiro lugar, quero agradecer a sua pergunta porque me dá ocasião para esclarecer alguns aspectos que julgo oportunos.

Começaria por dizer que não sou tão pessimista como o Sr. Deputado relativamente à sua afirmação de que, sejam quais forem os critérios, permanecerão sempre as assimetrias. Julgo que não é assim. Julgo que há boas oportunidades para corrigir essas assimetrias e que o Governo deu provas de que é possível reduzi-las com os critérios que apresentou durante a discussão do Orçamento do Estado, os quais não mereceram consenso por parte desta Assembleia da República.

Naturalmente, haverá outras oportunidades para equacionar essa questão — espero eu — e resolvê-la de forma definitiva. Provavelmente, não quando existe uma iniciativa sobre esta matéria de um partido da oposição — creio até que a discussão já está agendada na Assembleia da República —, a qual, mais uma vez, vem manter o *status quo* e privilegiar os grandes municípios do litoral.

O Sr. Deputado referiu igualmente a não actualização dos impostos.

Ora, o Governo também apresentou nesta Assembleia da República um estudo sobre a forma de actualizar impostos da responsabilidade das autarquias. No entanto, nenhum grupo parlamentar quis assumir essa proposta e, portanto, ela não teve seguimento. Assim, julgo que a questão também deve ser equacionada desta forma.

Passo agora a responder em concreto à sua pergunta.

Sobre o fundo da questão, acho que é uma matéria sobre a qual quase todos estamos de acordo. Ou seja, as autarquias devem beneficiar dos impostos correspondentes às actividades que decorrem no respectivo município.

Esta é uma questão que tem o apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que apenas não estava resolvida por razões de ordem técnica. É que não é fácil montar um sistema destes.

No entanto, com os progressos que têm sido feitos no domínio da reforma fiscal, o Governo considera que já há condições para se poder dar algum avanço a esta matéria. Mas, como se trata de uma questão do maior melindre político — é preciso ver que os grandes beneficiários do *status actual* são as Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto —, o Governo, no decorrer da discussão do Orçamento de Estado, também apresentou um texto, propondo uma possível autorização legislativa sobre esta matéria, tendo decidido que só daria o seu parecer favorável na hipótese de haver um consenso nesta Assembleia. Esse consenso não se verificou mais uma vez e, por isso, não foi possível avançar com a autorização legislativa.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — Só o PSD é que não quis!

O Orador: — Não é verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — É sim, basta ler as actas.

O Orador: — Eu sou testemunha pessoal das críticas feitas pelos deputados da oposição a essa iniciativa...

O Sr. Herculano Pombo (Indep.): — É da família, não pode testemunhar.

O Orador: — ... e, portanto, estou perfeitamente ciente de que, tanto nesse aspecto como em relação às outras iniciativas que tomámos e que não tiveram acolhimento nesta Assembleia, a responsabilidade foi dos partidos da oposição.

Queria dizer que, em nossa opinião, devido ao melindre da questão, uma medida como esta deve rodear-se de algum consenso entre os vários partidos e, por isso, não houve ainda clima para concretizar a iniciativa.

De qualquer forma, o Governo está a prosseguir os estudos técnicos que poderão fundamentar o diploma de execução de qualquer autorização legislativa que venha a ser proposta a esta Assembleia e em devido tempo voltará à questão.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. Rui Silva (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: Tal como aqui foi dito durante a discussão do Orçamento do Estado e prometido pelo Sr. Ministro, estaria para breve a apresentação de um diploma normativo susceptível de ultrapassar esta situação.

Estávamos convencidos de que hoje, pela voz do Sr. Secretário de Estado, nos seria feito um esboço desse diploma para lançar alguma luz no fundo do túnel de uma situação que o Sr. Secretário de Estado concorda ser lesiva dos interesses dos municípios.

Não podemos, no entanto, deixar de registar que muitas vezes o Governo vem a esta Câmara dizer que mereceu, e bem, 52% dos votos da população portuguesa, que assume essa sua qualidade de partido e de governo maioritário e que, portanto, tem de governar como tal e recusar as propostas da oposição. Outras vezes vem aqui dizer que, se não obtém o consenso, não pode governar, porque as grandes medidas precisam de um consenso total.

O Sr. Herculano Pombo (Indep.): — Ora aí está!

O Orador: — Em que é que ficamos? Há de facto aqui uma disparidade que não entendemos, Sr. Secretário de Estado.

No entanto, registamos com muito agrado que V. Ex.<sup>a</sup> quer, em nome do seu governo, obter tais consensos. Devo dizer-lhe que o PRD estará sempre disponível para eles, quando os achar bons e úteis para a população portuguesa. Estaremos sempre ao lado do Governo quando entendermos dever proceder como tal.

Mas o problema mantém-se, Sr. Secretário de Estado. Aqui mesmo, às portas de Lisboa, na sua cintura industrial, basta dar uma volta pelas zonas de Sacavém, Vila Franca de Xira e Alenquer para ver a total degradação, quer do ambiente, quer do próprio saneamento, quer da situação da habitação, quer das redes viárias, causada pelos imensos transportes, pelo avolumar da população. No entanto, as autarquias continuam a queixar-se de que não têm capacidade de resposta para toda a degradação que vai sendo produzida naquela zona e de não receberem os devidos impostos.

Esta situação vem a arrastar-se há longos anos, embora vários tenham sido os governos (nomeadamente governos anteriores a este) que se debruçaram sobre a matéria. A própria Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Associação de Municípios do Oeste, da qual faço parte, como representante da minha câmara, têm vindo a debater,

inclusive com V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Secretário de Estado, esta matéria e V. Ex.<sup>a</sup> tem-se mostrado receptivo e até solidário com a situação.

A pergunta concreta que lhe faço é a seguinte: estando todos, autarquias, representantes das autarquias e, simultaneamente, Governo e membros da Assembleia da República, conscientes de que esta situação tem de ser definitivamente ultrapassada, sob pena de se criarem zonas totalmente degradadas, o que é que o Governo pensa objectivamente fazer, qual é o período de tempo de que precisa para entregar à Assembleia da República um diploma ou um pedido de autorização legislativa para que, finalmente, aos municípios e às populações que dependem também dos impostos arrecadados seja dado o nível e a qualidade de vida que merecem?

É essa a resposta que agradecemos de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Secretário de Estado. Temos consciência de que a solução do problema não é fácil, temos consciência de que muito trabalho tem de ser feito, mas gostaríamos de saber qual é o *timing* de que V. Ex.<sup>a</sup>, como responsável por esta matéria, pensa necessitar para dar às populações a tal esperança de que neste momento estão tão carecidas.

O Sr. Herculano Pombo (Indep.): — É depois de Outubro!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território: — Sr. Deputado Rui Silva, começaria por responder à primeira parte da questão que me colocou. Cabe naturalmente ao Governo definir aqueles casos em que considera ser efectivamente necessário obter uma maior consensualidade e aqueles em que tais situações não devem ocorrer e em que, obviamente, acaba por se registar simples maioria. Neste caso, a situação era muito clara: se o Governo tivesse avançado com a sua maioria, seria muito criticado por estar a penalizar fortemente as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, quando é certo que o Governo não quer fazer isso.

O Sr. António Bacelar (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso se pensou que essa medida, embora de grande justiça para todos os municípios portugueses, não deveria passar sem uma grande consensualidade nesta Assembleia; quero dizer-lhe que ela, por alguma razão, não se tem verificado. Caberá exactamente aos partidos que nela não alinham definir as suas razões — e devem ter excelentes razões — para tal atitude.

No que respeita à pergunta concreta que me fez, compreenderá o Sr. Deputado que eu não possa neste momento comprometer-me quanto a calendários. Julgo que teria sido diferente se tivesse sido possível inscrever no Orçamento do Estado este artigo respeitante à autorização legislativa. O que garanto ao Sr. Deputado é que os serviços dependentes do Governo não estão parados. Estamos a trabalhar, entre nós e a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, no sentido de encontrar a solução técnica indispensável à resolução deste problema. Se os trabalhos avançarem suficientemente e todos eles ficarem concluídos a curto prazo, é muito provável que o Governo venha pedir à Assembleia da República uma autorização legislativa

sobre esta matéria ainda durante esta legislatura. Mas essa é uma questão em relação à qual não me posso comprometer neste momento.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esgotámos o período dedicado às perguntas ao Governo.

Do período da ordem do dia da próxima reunião plenária, que terá lugar no dia 14, quinta-feira, pelas 15 horas, constará, além das votações que haja a fazer, a discussão do Decreto n.º 293/V — Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, bem como dos projectos de lei n.º 377/V (PRD) e 669/V (PS) e da proposta de lei n.º 174/V.

Está encerrada a sessão.

*Eram 11 horas e 45 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Dinah Serrão Alhandra.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Filipe Manuel Silva Abreu.  
Francisco Antunes da Silva.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
João Maria Oliveira Martins.  
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.  
José Manuel da Silva Torres.  
Luís Filipe Meneses Lopes.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.  
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.  
Rui Carlos Alvarez Carp.  
Rui Manuel Almeida Mendes.  
Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

António de Almeida Santos.  
António José Sanches Esteves.  
António Miguel de Moraes Barreto.  
Jorge Lacão Costa.  
José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.  
Maria de Lourdes Hespanhol.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Francisco Barbosa da Costa.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.  
Álvaro Cordeiro Dâmaso.  
Álvaro José Rodrigues Carvalho.  
António de Carvalho Martins.

António José Caeiro da Mota Veiga.  
António Maria Pereira.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
Flausino José Pereira da Silva.  
Henrique Nascimento Rodrigues.  
Hilário Torres Azevedo Marques.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Luís Amadeu Barradas do Amaral.  
Luís Manuel Costa Geraldès.  
Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
Margarida Borges de Carvalho.  
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Partido Socialista (PS):

António Domingues de Azevedo.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
Armando António Martins Vara.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.  
José Luís do Amaral Nunes.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Rui Pedro Lopes Machado Ávila.

Partido Comunista Português (PCP):

Ana Paula da Silva Coelho.  
António Filipe Gaião Rodrigues.  
Carlos Alberto Gomes Carvalhas.  
Carlos Vítor e Baptista Costa.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Lino António Marques de Carvalho.  
Maria Odete Santos.

Partido Renovador Democrático (PRD):

José Carlos Pereira Lilaia.  
Natália de Oliveira Correia.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.  
José Luís Nogueira de Brito.

Deputados independentes:

Carlos Matos Chaves de Macedo.  
Jorge Manuel Abreu Lemos.  
José Manuel Santos Magalhães.  
Manuel Gonçalves Valente Fernandes.  
Maria Helena Salema Roseta.  
Raul Fernandes de Moraes e Castro.

OS REDACTORES: *Maria Leonor Ferreira — Maria Amélia Martins — José Diogo.*



# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

**IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.**

## **AVISO**

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO 80\$00**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, L. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex